

A Produção do Conhecimento Geográfico

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-78-9

DOI 10.22533/at.ed.789181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Abordagens teórico-metodológicas no âmbito da Ciência Geográfica Agrária”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 15 capítulos, são discutidas diferentes vertentes das Ciências Agrárias, com ênfase na Geografia Agrária.

A Geografia Agrária engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento da agricultura, bem como o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia Agrária, refere-se a um a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia Agrária, apresenta artigos alinhados com a produção agrícola, conservacionismo, tecnologia, turismo rural, cultura e relações de gênero no campo. A importância dos estudos agrários é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços rurais, bem como entender as distintas relações do campo com o capital.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA PANDINA BOLIVIANA: A PAN – AMAZÔNIA EM CONFLITO	
<i>Francisco Marquelino Santana</i> <i>Josué da Costa Silva</i>	
CAPÍTULO 2	16
REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO LITORAL SUL DA BAHIA	
<i>Hingryd Inácio de Freitas</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i> <i>Guiomar Inez Germani</i>	
CAPÍTULO 3	26
AGRICULTURA E ECONOMIA ESPACIAL EM MOSSORÓ/RN: DINÂMICAS E ESPECIFICIDADE REGIONAL.	
<i>Alexandre Alves de Andrade</i>	
CAPÍTULO 4	36
CENTRO E CENTRALIDADE URBANA EM VÁRZEA GRANDE/MT NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO	
<i>Rosinaldo Barbosa da Silva</i> <i>Nelba Azevedo Penna</i>	
CAPÍTULO 5	46
GEOGRAFIA DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA ARGENTINA E OS IMPOSTOS ÀS SUAS EXPORTAÇÕES.	
<i>Pablo Martin Bender.</i>	
CAPÍTULO 6	58
O SISTEMA DE INDICADORES DE POTENCIALIDADE COMO MODELO DE ANÁLISE DAS (RE) CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO AGRESTE CENTRAL DE SERGIPE	
<i>Clêane Oliveira dos Santos</i> <i>Rosemeri Melo e Souza</i>	
CAPÍTULO 7	72
AS PAISAGENS VITÍCOLAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: O CASO DO VALE DOS VINHEDOS E DA CAMPANHA GAÚCHA	
<i>Vinício Luís Pierozan</i> <i>Vanessa Manfio</i>	
CAPÍTULO 8	84
OS TERRITÓRIOS DO VINHO DA CAMPANHA GAÚCHA E DO VALE DOS VINHEDOS, BRASIL: ENTRE O TRADICIONAL E OS MODERNOS VINHEDOS	
<i>Vinício Luís Pierozan</i> <i>Vanessa Manfio</i>	

CAPÍTULO 9	98
SABOR ARTESANAL: O TURISMO CERVEJEIRO COMO FENÔMENO ESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO - SP	
<i>Alex Rodrigues De Oliveira</i>	
CAPÍTULO 10	107
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DAS EMBALAGENS CARTONADAS NA CADEIA PRODUTIVA DE LEITE NO BRASIL: DO LOCAL AO GLOBAL	
<i>Bruno M. C. de Albuquerque</i> <i>Jacob Binsztock</i>	
CAPÍTULO 11	123
O SETOR DE SEMENTES NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
<i>João Luciano Bandeira</i>	
CAPÍTULO 12	133
DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS	
<i>Maria Angela Comegna</i>	
CAPÍTULO 13	143
CAFEICULTURA EM RONDÔNIA: MODERNIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO AO MERCADO	
<i>Tiago Roberto Silva Santos</i> <i>Ricardo Gilson Da Costa Silva</i>	
CAPÍTULO 14	153
A AGRICULTURA DE PRECISÃO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	
<i>Tainara Bruna Montagna</i> <i>Roseli Alves dos Santos</i>	
CAPÍTULO 15	162
AS MULHERES E A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA LOCALIDADE DE PICADA FELIZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS	
<i>Caroline Tapia Bueno</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO LITORAL SUL DA BAHIA

Hingryd Inácio de Freitas

Instituto Federal da Bahia, Departamento de Geografia
Salvador –Bahia

José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia
Fortaleza- Ceará

Guiomar Inez Germani

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Geografia
Salvador -Bahia

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos assentamentos rurais de reforma agrária na produção social do espaço e suas repercussões territoriais no Litoral Sul da Bahia. A escala geográfica do Litoral Sul da Bahia se particulariza pela diversidade de organizações e movimentos sociais e pela concentração espacial de assentamentos rurais no campo baiano. Uma realidade que, inserida na totalidade do real, adquire concretude numa conformação dialética de subordinação e resistência à lógica do capital. Impõe-se assim a necessidade da reinvenção da vida, no tempo e no espaço, sendo revivificadas memórias, afirmadas identidades e sociabilidades que explicitam formas particulares de realização do trabalho, uso e apropriação da natureza.

Portanto, da produção social do espaço. Um processo a partir do qual são constituídos novos territórios e territorialidades no cotidiano social das famílias assentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Litoral Sul da Bahia.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the role of rural settlements of agrarian reform in the social production of space and its territorial repercussions in the South Coast of Bahia. The geographic scale of the South Coast of Bahia is particularized by the diversity of organizations and social movements beyond the spatial concentration of rural settlements in the baiano countryside. A reality that, inserted in the totality of the real, can become more concrete in a dialectical conformation of subordination and resistance to the logic of capital. It imposes the need to reinvention of life, in time and space, and being revived memories, affirmed identities and sociabilities that explain particular forms of realization of the work, use and appropriation of nature. Therefore, the social production of space. A process from which new territories and territorialities are constituted in the social daily life of settled families.

KEYWORDS: Agrarian Reform; Rural Settlements; South Coast of Bahia.

1 | INTRODUÇÃO

Na perspectiva de contribuir com a construção do pensamento social crítico sobre o campo brasileiro, em sua unidade e diversidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos assentamentos rurais de reforma agrária na produção social do espaço e suas repercussões territoriais no Litoral Sul da Bahia.

Uma realidade que, inserida na totalidade do real, adquire concretude numa conformação dialética de subordinação e resistência cotidiana à lógica do capital. Impõe-se assim a necessidade da reinvenção da vida, no tempo e no espaço, sendo revivificadas memórias, afirmadas identidades e sociabilidades que explicitam formas particulares de realização do trabalho, uso e apropriação da natureza. Portanto, da produção social do espaço.

A escala geográfica do Litoral Sul da Bahia se particulariza pelo processo histórico de luta dos “sem terra” pelas “terras do cacau”, pela diversidade de organizações e movimentos sociais e pela concentração espacial de acampamentos e assentamentos rurais no campo baiano.

Na dimensão da metodologia, esse trabalho constitui-se uma pesquisa social qualitativa de base empírica e caráter explicativo. Como procedimentos técnicos, destacam-se o levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, e o trabalho de campo, como posterior sistematização e análise dos dados e das informações obtidas. O trabalho de campo foi desenvolvido, principalmente, através da observação participante dos sujeitos e espaços pesquisados, com a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e realização de oficinas temáticas.

2 | QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Atualmente, diferentes concepções no campo teórico-conceitual e metodológico definem tensões e enfrentamentos no seio da academia (como também no interior das diversas instâncias de poder pelas quais perpassam o planejamento e a gestão das políticas públicas dirigidas ao campo sobre a permanência (ou não) da questão agrária. Como também, sobre a necessidade (ou não) da realização da reforma agrária no Brasil. Um tema que alimenta um debate bastante controverso e contrapõe distintos paradigmas na contemporaneidade: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Nesta pesquisa, considera-se que o nexos explicativo da criação dos assentamentos rurais se define pela sua indissociabilidade analítica com a permanência da questão agrária e a luta pela reforma agrária, o que nos remete a considerar a existência da questão (da reforma) agrária brasileira. Uma questão que se resignifica no tempo e no espaço, adquirindo novos conteúdos e formas socioespaciais, ao mesmo tempo que mantém seus velhos dilemas territoriais. De forma particular, no atual contexto de mundialização da agricultura no qual a monopolização do capital financeiro e a

estrangeirização da propriedade da terra se tornam ainda mais evidentes.

Pensar geograficamente a questão agrária é buscar compreendê-la no movimento histórico da produção social do espaço. De forma mais específica, situá-la no contexto da “contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial” (LEFEBVRE, 2006), em que o uso aparece em acentuado conflito com a troca pela funcionalização produtiva do espaço no capitalismo.

Estabelece-se assim, uma forma de dominação pela negação do direito ao espaço como instância social da reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades. Portanto, da própria condição da existência humana. Uma contradição que se define socialmente na dimensão da relação capital-trabalho e adquire geograficidade pela apropriação privada da natureza, sendo assim revelada sua essência territorial.

Nessa perspectiva, entende-se que a realização da reforma agrária – como processo de democratização do direito ao uso e apropriação do espaço – se coloca como condição necessária para a justiça social no campo. Portanto, da prática da cidadania em sua concretude. Afinal, “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (SANTOS, 2007, p. 144).

3 | PARA ALÉM DA LUTA PELA TERRA: ESPAÇO E TERRITÓRIO

A luta popular pela terra no Litoral Sul da Bahia está associada ao processo da formação socioespacial brasileira, no século XVI, sob a égide do capital mercantil. Contexto no qual os povos indígenas e as comunidades quilombolas se opunham às diversas formas de dominação impostas pela acumulação primitiva do capital na Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

No século XX, com a instituição da monocultura agroexportadora do cacau, houve o acirramento das contradições estabelecidas e a espacialização de lutas sociais específicas. No de 1934, foi fundado um dos primeiros Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, em Pirangi, distrito de Ilhéus, atual município de Itajuípe (FETAG, 2008). Na década de 1960, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira (SILVA, 1981), ocorreu – de forma articulada com o Sertão Pernambucano – a espacialização das “Ligas Camponesas” no Sul Bahia. Na década de 1980, com a expansão da cacauicultura pela ocupação indiscriminada das terras devolutas e invasão de posses camponesas constituídas nas áreas de fronteiras, houve a espacialização da “Luta dos Posseiros”.

No contexto da redemocratização, a partir de 1985, o acúmulo de forças políticas favoreceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O Estado, então, buscou intervir na mediação espacial do conflito através da implantação da política de assentamentos rurais. Assim, nos anos de 1986 e 1987, foram criadas sete “áreas reformadas”, com o total de 336 famílias assentadas e 10.169,23 hectares de área ocupada.

Apesar desses assentamentos rurais terem sido criados através do instrumento legal da desapropriação, como meta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), é importante considerar que os processos sociais que demandaram a criação desses espaços, estão contextualizados no tempo histórico da luta camponesa contra as ações de grilagem pelos fazendeiros e madeireiros no Litoral Sul da Bahia.

Acrise da cacauicultura iniciada no ano de 1989 e que permanece até os dias atuais, associada à infestação do fungo da “vassoura de bruxa”, possibilitou o acirramento das contradições entre o capital e o trabalho que historicamente se geografizam no espaço regional. Com o desemprego massivo de aproximadamente 300 mil trabalhadores rurais (CEPLAC, 2009), e também, a espacialização-territorialização do MST, a partir de 1993 – um processo que se definiu de forma associada à conjuntura agrária brasileira e mundial, houve a intensificação das ações políticas das organizações e movimento sociais e a resignificação do processo histórico de luta pela terra no espaço regional.

As espacialidades e territorialidades foram redefinidas, uma vez que a luta deixou de ser restrita à defesa da posse contra a ação dos grileiros nas áreas de fronteira agrícola, mais distantes e com os solos menos férteis – as “áreas de areias” –, como ocorrera na década de 1980, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. E passou a incorporar as estratégias das marchas, ocupações e acampamentos dos trabalhadores rurais na principal zona produtora do cacau – as “áreas core” – entre os vales fluviais, onde predominam os solos mais férteis para a agricultura no espaço regional.

Constatou-se assim uma resignificação do campo político: para além da condição de trabalho reivindicada pelo sindicalismo rural, a conquista da terra empunhada pelas organizações e movimentos sociais. A princípio, pela posse. Posteriormente, pela ocupação. Assim, os posseiros e trabalhadores rurais se afirmaram como sujeitos políticos organizados em movimentos sociais de luta pela terra e território.

A reboque dessa convergência de processos sociais, o Estado então intensificou a implantação da política de assentamentos rurais no espaço regional como se observa na Figura 1.

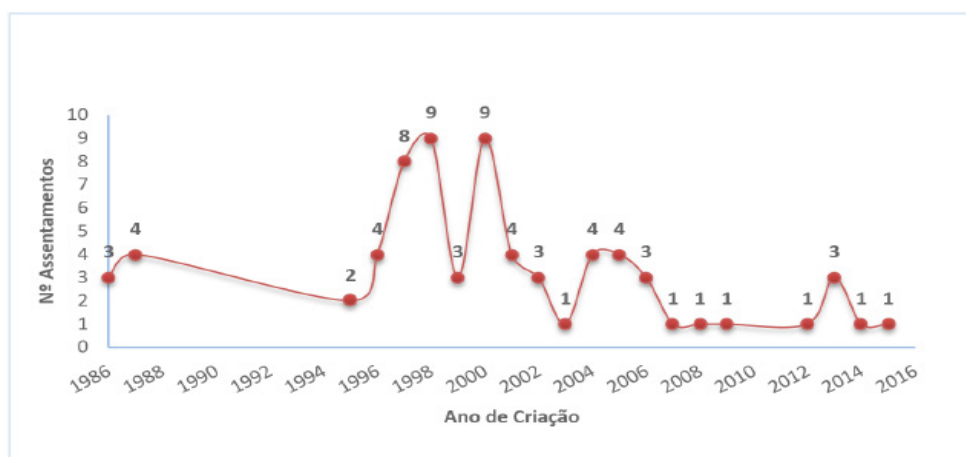


Figura 1 - Criação dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Litoral Sul da Bahia, 1986

Ao observar o gráfico evolutivo, referente ao período de 1986 a 2015, é possível identificar que, entre os anos de 1998 e 2000, foram atingidos os maiores índices de implantação da política de assentamentos rurais no Litoral Sul da Bahia (nove assentamentos em cada um dos respectivos anos, totalizando dezoito assentamentos criados).

Comparando os dados específicos do Litoral Sul com os dados gerais do Estado da Bahia, obtidos através da sistematização realizada pelo Grupo GeografAR (2016), observa-se também que, no período de 1986 a 2015, foram criados 523 assentamentos rurais de reforma agrária no estado da Bahia, abrangendo um total de 35.975 famílias assentadas e 1.450.766,98 hectares de “áreas reformadas”. Destes, 70 assentamentos rurais (equivalendo a 13,38% do total), com 2.345 famílias assentadas (6,51%) e 39.251,21 hectares (2,70%), estão localizados nos municípios que integram o Litoral Sul da Bahia, como se pode observar na Figura 2.

É certo que esse processo não se traduziu na democratização da propriedade da terra. Mas é certo também que em alguma medida a criação dos assentamentos rurais se traduziu na afirmação do direito social ao uso e apropriação do espaço para a reprodução (i) material da vida, sendo assim constituídas novas dinâmicas territoriais no Litoral Sul da Bahia.

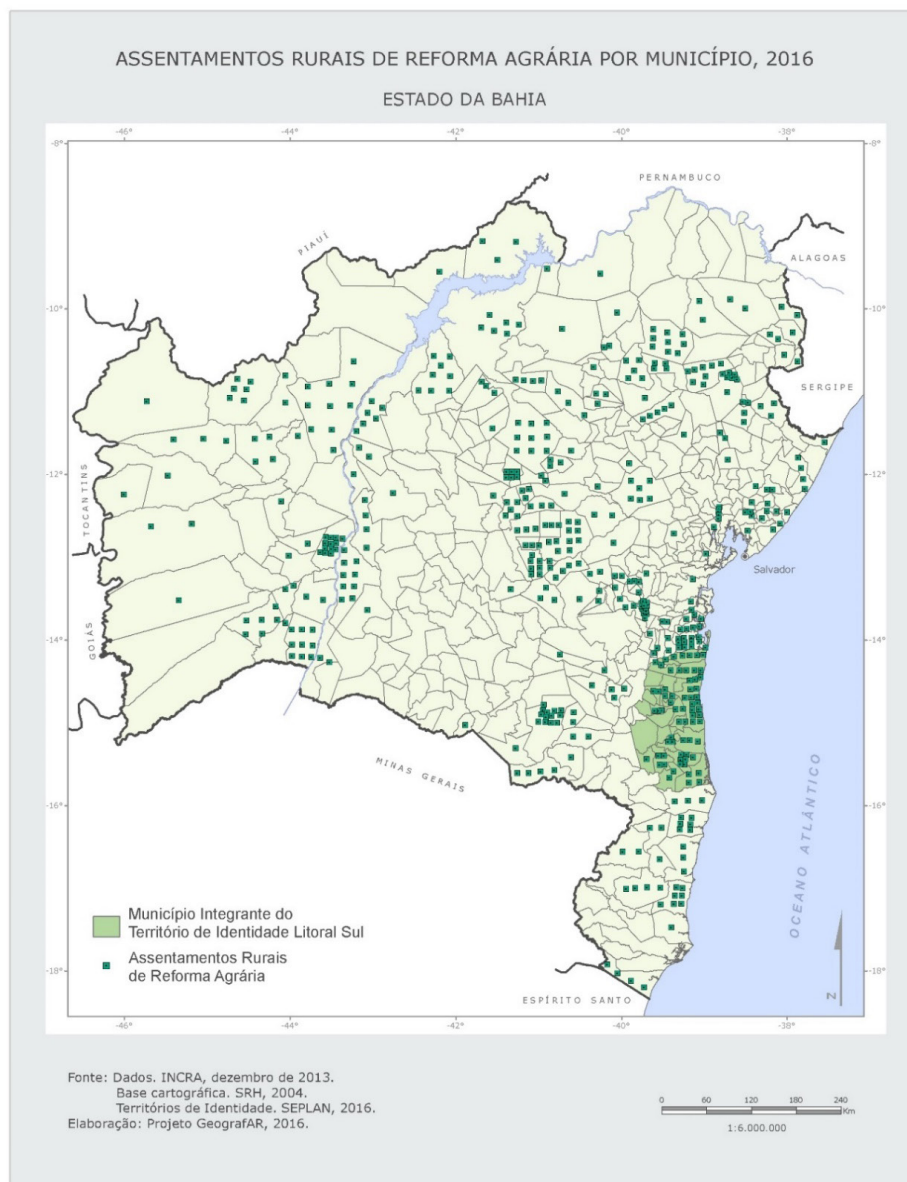


Figura 2- Espacialização dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária criados no Litoral Sul da Bahia, 1986 – 2015.

4 | ASSENTAMOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

A criação dos assentamentos rurais de reforma agrária é uma ação política (e institucional) que subverte a lógica privatista da terra: da propriedade privada à concessão de uso coletivo (ou concessão de direito real de uso, conforme rege o marco jurídico da Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). Portanto, do uso e da apropriação do espaço, evidenciando a contraposição dialética entre a dominação (pela propriedade) e a apropriação (pelo uso), ao mesmo tempo em que define novos processos sociais de des-territorialização (do proprietário) e re-territorialização (do trabalhador, na condição de “assentado”).

Ainda que esteja muito distante de representar uma “mudança de sentido” na estrutura fundiária brasileira, como propõe a própria etimologia da palavra *reformare*, a objetivação no real dos assentamentos rurais se constitui enquanto um processo,

tendo em vista o desafio da construção de novos espaços. Novos espaços que se definem em formação e em conflito com as velhas formas e conteúdos, sendo assim criadas e recriadas novas relações sociais (GERMANI, 2001).

De forma particular, no Litoral Sul Bahia. Um espaço regional que se definiu nas bases do coronelismo e do poder oligárquico, sendo historicamente marcado pela ocupação indiscriminada de terras devolutas e pela espoliação de posses camponesas. Uma região de “terras do sem fim adubadas com sangue”, como tão bem narrou Jorge Amado (2005). Sangue que foi violentamente derramado em torno do estabelecimento da propriedade da terra e da constituição da “civilização do cacau” (FILHO, 1978), mas também como forma da luta, da resistência e do enfrentamento popular às diversas formas de dominação, opressão e exploração do trabalho.

Nesse sentido, a criação dos assentamentos rurais foi uma conquista que simboliza a luta histórica dos “dos índios desaldeados, dos negros sem terra e dos imigrantes nordestinos que vieram ainda na esperança do cacau como no passado e ficaram por aqui e foram ser trabalhadores rurais e hoje se encontram desempregados” (CPT, 2005). Uma luta que se colocou como o caminho possível para a conquista de uma nova condição social (e espacial), com a garantia das condições da moradia, terra e trabalho. Contexto no qual a terra adquire um significado para além da produção: um espaço de reprodução da vida. Portanto, de processos sociais de territorialização: território e territorialidade.

Saquet (2011, p.40) analisa os processos de territorialização na unidade espaço-tempo como síntese da relação sociedade-natureza. Nesse sentido, o autor afirma que

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com a natureza organiza e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N).

Na particularidade espacial do Litoral Sul da Bahia, o processo de criação dos assentamentos rurais de reforma agrária evidencia algumas dinâmicas territoriais a serem destacadas. Inicialmente, destaca-se a mudança que se define na base produtiva da cacauicultura com a afirmação política das unidades de produção familiares sustentadas nas concepções e nas práticas agroecológicas. Como também nas formas de organização produtiva do associativismo e cooperativismo.

Um aspecto que se define na convergência das ações políticas dos movimentos sociais e as políticas públicas do Estado no contexto da reestruturação produtiva regional. Afinal, a “cultura do cacau” é um elemento identificado na constituição das famílias assentadas, em suas distintas trajetórias de vida e relações cotidianas com o lugar.

As organizações e os movimentos sociais vêm pautando a necessidade da recuperação da cacauicultura como forma de garantia de trabalho e renda para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. Inclusive, com a reivindicação da necessidade de implantação das agroindústrias para o beneficiamento do cacau nos assentamentos rurais. Ao mesmo tempo em que os agricultores familiares, os assentados, os indígenas e os quilombolas foram definidos pelo MAPA como o “público alvo” do PAC do Cacau e as entidades representativas dos trabalhadores rurais e famílias assentadas passaram a compor as Câmaras Setoriais do Cacau (na câmara do MAPA, a Central Única dos Trabalhadores da Região Cacaueira da Bahia – CUT/ CACAUEIRA; na câmara da SEAGRI, o Polo Sindical do Sul da Bahia). Assim como a Biofábrica de Cacau (localizada no distrito de Banco do Pedro, município de Ilhéus) vem produzindo e distribuindo mudas de cacau (com material genético de alto valor agrônômico) para o segmento da agricultura familiar na região. Uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR/BA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Destaca-se também, o convênio que está sendo proposto à CEPLAC pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (SEDIR), com a participação do INCRA, do Instituto Cabruca, dos assentamentos rurais, associações e cooperativas de agricultores familiares. Segundo o Superintendente da CEPLAC na Bahia, Antônio Zózimo de Matos Costa, “o propósito desse esforço institucional é recuperar as instalações para que o assentado rural e o agricultor familiar forneçam cacau de qualidade para o mercado, eleve sua renda e agregue valor ao que produzir”

A segunda dinâmica refere-se à produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar, uma vez que a lógica capitalista imposta pela cacauicultura era especialmente conflitante com os cultivos alimentícios para o próprio abastecimento o da população. De forma destacada, através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), nos quais também são criados os mercados institucionais como forma de estimular a produção de alimentos e garantir a diversidade produtiva das famílias assentadas.

A terceira dinâmica diz respeito aos arranjos políticos e institucionais que se definem no cotidiano das famílias assentadas, conformando um processo de territorialização em rede dos assentamentos rurais no espaço regional (associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, poder público, universidades, entre outros).

Dinâmicas territoriais que evidenciam uma realidade complexa e nos impõe a necessidade de se buscar compreender os assentamentos rurais como espaços diferenciados que estão inseridos na totalidade e que assim, reproduzem os antagonismos e as contradições do real. Como também compreender que o cotidiano

das famílias assentadas se reproduz, dialeticamente, na sujeição e resistência à lógica do capital.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos caminhos tortuosos que foram trilhados pela reforma agrária no Brasil, a objetivação no real dos assentamentos rurais nos impõe a necessidade de compreender os seus sentidos e desdobramentos nas distintas escalas e dimensões espaciais. Afinal, ainda que a conquista terra não seja suficiente em si, semeia a possibilidade da produção de “espaços de esperanças” ainda que por vezes ceifadas pelos dilemas que se definem no cotidiano da reprodução social das famílias assentadas.

Sem dúvida, a crise da cacauicultura, iniciada em 1987 e que perdura até os dias atuais, é um ponto de inflexão no processo da territorialização da luta pela terra no Litoral Sul da Bahia. No estado de rebeldia dos trabalhadores rurais, a bandeira da reforma agrária foi empunhada como esperança para a realização do ideal democrático. Contexto no qual houve a criação de novas formas-conteúdo – os assentamentos rurais – e a afirmação de novos sujeitos políticos – as famílias assentadas a partir dos quais se definem novos processos sociais de territorialização no tempo-espaço presente.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2005[1942].

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas**. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações. Nota Técnica, Brasília: MAPA/CEPLAC, 2009.

FETAG. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA. Histórico. Disponível em: <<http://www.fetag-ba.org.br>> Acesso em 05.05. 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Assentamentos de Reforma Agrária**: produção de novos espaços de vida e de conflito. Cultura Vozes, Petrópolis, Rio, 2001, p. 1-25 p.

Grupo GeografAR – **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**. Formas de Acesso à terra na Bahia. Banco de Dados. Salvador, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS e SANTOS, C J. S. **O Processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos Territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: PRAGA, Nilson Cesar (org.) **Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Editoria Insular, 2011, p. 33-50.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-78-9

